

ÍNDICE SINTÉTICO

PREFÁCIO

<i>Professor Guilherme d'Oliveira Martins</i>	9
---	---

INTRODUÇÃO	13
------------	----

PARTE 1

1. ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS EM PORTUGAL <i>Manuel Castelo Branco</i>	19
2. RISCO DE FRAUDE NAS EMPRESAS <i>Manuel Carlos Nogueira</i>	37
3. A BURLA DE ALVES REIS <i>Joana Oliveira Soares, Maria Manuel Coutinho & Carlos Pimenta</i>	59
4. BANCOS E MERCADOS FINANCEIROS <i>Filipe António Osório de Almeida Pontes</i>	101
5. FRAUDE FISCAL <i>Bruno Sousa & Fernando Oliveira</i>	125
6. ECONOMIA NÃO REGISTADA E RESPECTIVO PESO EM PORTUGAL <i>Óscar Afonso</i>	155

7.	ABC DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, OU A VÁ TENTATIVA DE EXPLICAR UM FENÓMENO COMPLEXO <i>José Ferreira & Elisabete Lopes</i>	195
8.	PARAÍSOS FISCAIS (OFFSHORES) <i>Egídio Cardoso</i>	223
9.	CORRUPÇÃO – A FRAUDE NA GOVERNAÇÃO E NA GESTÃO PÚBLICA <i>António João Maia</i>	247
10.	CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA ORGANIZADA, RETRATO (IM)POSSÍVEL <i>José Ferreira</i>	301
11.	A FRAUDE E OS SISTEMAS INFORMÁTICOS <i>Elisabete Maciel, Edgar Pimenta & Paulo B. Vasconcelos</i>	325
12.	A FRAUDE RELATIVA ÀS APOSTAS DESPORTIVAS ONLINE <i>Henrique Rodrigues</i>	345
13.	A CRIMINALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS – A FRAUDE AOS CONSUMIDORES – REFLEXÃO SOBRE O CRIME DE “FRAUDE SOBRE MERCADORIAS” <i>Rute Serra</i>	375

PARTE 2

1.	PSICOLOGIA DO DEFRAUDADOR <i>Jorge Negreiros</i>	401
2.	CONFLITO DE INTERESSES E ÉTICA DO SERVIÇO PÚBLICO <i>Augusto Santos Silva & João Figueiredo</i>	441
3.	ANOMIA E FRAUDE EM PORTUGAL: DESAFIOS AO ORDENAMENTO JURÍDICO-SANCIONATÓRIO <i>André Lamas Leite & José N. Cruz</i>	479

4. CANAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A CORRUPÇÃO
Gabrielle Poeschl, Kelly Nogueira-Rodrigues & Raquel Ribeiro 503
5. A CULTURA COMO ELEMENTO DE EXPLICAÇÃO
Carlos Pimenta 529
6. CAPITAL SOCIAL E CORRUPÇÃO: CAUSA OU CONSEQUÊNCIA
Jorge Fonseca de Almeida 557
7. GLOBALIZAÇÃO E DINÂMICAS DE FRAUDE
Carlos Pimenta 589

ÍNDICE

PREFÁCIO

NINGUÉM É INVULNERÁVEL	9
------------------------	---

INTRODUÇÃO	13
------------	----

I – FACTOS

CAPÍTULO 1

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS EM PORTUGAL

MANUEL CASTELO BRANCO	19
Observações introdutórias	19
A importância da ética e responsabilidade social nas empresas	20
A ERS enquanto prática das empresas	22
Notas para uma história da ERS nas empresas em Portugal	23
Estado de desenvolvimento das práticas de ERS em Portugal	24
Inclusão em índices relevantes	25
Adesão ao Pacto Global da ONU e ao WBCSD	26
Comunicação da ERS	26
Adoção de normas internacionais	27
Ética profissional	27
Perceções sobre ERS	27
Corrupção e comportamento fiscal	28
Algumas notas sobre o ensino da ERS em Portugal	30
Observações finais	32
Bibliografia	33

CAPÍTULO 2	
RISCO DE FRAUDE NAS EMPRESAS	
MANUEL CARLOS NOGUEIRA	37
Abreviaturas	37
Introdução	37
As perdas sofridas pela fraude ocupacional	39
A definição de fraude ocupacional	41
Formas de fraude ocupacional	43
Corrupção ocupacional	43
A corrupção ocupacional no caso português	45
Apropriação indevida de ativos	47
Apropriação indevida de ativos em Portugal	50
Relatórios de contas fraudulentos	51
Relatórios de contas fraudulentos em Portugal	53
Conclusões	54
Anexo	56
Bibliografia	57
CAPÍTULO 3	
A BURLA DE ALVES REIS	
JOANA OLIVEIRA SOARES, MARIA MANUEL COUTINHO & CARLOS PIMENTA	59
Introdução	59
Análise do contexto histórico, social e político	61
Relato da fraude e do estudo da regulamentação existente	66
Breve referência dos efeitos e dimensões tomados	75
O jornal “O Século”	75
As Notas Ilegítimas	77
As Prisões e o Julgamento	79
Impactos Económicos e Valor Relativo das Emissões	80
Análise biográfica de Alves Reis	81
Perfil psicológico do defraudador	84
Conclusão	88
Anexo 1 – Imagem de nota falsa	89
Anexo 2 – Extratos de artigos de jornal	90
1. Jornal “OSéculo” nodia 23/11/1925, pág. 1	90
2. Jornal “OSéculo” nodia 25/11/1925, pág. 1	91
3. Jornal “O Século” de 4/12/1925, primeira página	92
4. Estratos do artigo de “O Século” de 8/12/1925, artigo da primeira página intitulado “O primeiro episódio passou. E agora, o que se segue?”	93

5. Título do artigo de “O Século” de 27/12/1925, página 1	94
6. Jornal “O Século” de 3/02/1930, contendo já a informação “visado pela comissão de censura”. Anterior ao início do julgamento (Maio/Junho de 1930). Editorial principal	94
Bibliografia	97
 CAPÍTULO 4	
BANCOS E MERCADOS FINANCEIROS	
FILIPE PONTES	101
Lista de Abreviaturas	101
Origem da crise no sector financeiro	101
A primeira crise financeira do século XXI	101
A situação atual	106
Crise da dívida pública da zona euro	106
Necessidade atuais de capital dos Bancos no sector europeu	110
Conclusão da retrospetiva histórica	110
A Ética e os mercados	111
Programa de ajustamento Financeira a Portugal	112
Regulação e supervisão do sector financeiro	112
Definição	112
Objetivos	112
Imposições da <i>Troika</i> para o sector bancário	112
Imposição de rácios de capital de 10%	112
Reducir crédito sobre depósitos (Rácios de Transformação)	113
Baixou a procura de crédito	113
Baixo o crédito disponível	113
Governo estende as garantias e baixa o custo	113
O Sector Bancário Português	114
Modelo de Supervisão	114
Reforço das competências de intervenção do BdP de Acordo com PAEF	115
Fundo de resolução para intervenção do BdP	115
O Estado do sector bancário Português atual	116
Conclusões: O País	122
Bibliografia	123
 CAPÍTULO 5	
FRAUDE FISCAL	
BRUNO SOUSA & FERNANDO OLIVEIRA	125
Introdução	125

Conceitos fundamentais	127
Enquadramento legal da fraude fiscal	127
Exemplos de Fraude Fiscal	131
Ocultação de factos ou valores declarados ou não declarados	131
Operações simuladas	133
Utilização de sociedades-veículos fora do território nacional	136
Trading nas Vendas	138
Tranding nas Compras	140
Prestação de Serviços Internacionais	142
Conclusões	144
Anexo I	146
Anexo II	147
Anexo III	149
Anexo IV	150
Bibliografia	154

CAPÍTULO 6

ECONOMIA NÃO REGISTADA E RESPECTIVO PESO EM PORTUGAL

ÓSCAR AFONSO	155
Introdução e considerações genéricas	155
Economia Não Registada – o porquê da designação	164
Economia Não Registada – clarificação de conceitos	168
Economia Subterrânea – definição, motivações, consequências e combate	169
Economia Ilegal – definição, motivações, actividade, consequências e combate	175
Economia Informal e autoconsumo – definições, motivações, consequências e combate	179
Quantificação – o caso português	186
Conclusões e considerações finais	190
Bibliografia	192

CAPÍTULO 7

ABC DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, OU A VÃ TENTATIVA DE EXPLICAR UM FENÓMENO COMPLEXO

José Ferreira & Elisabete Lopes	195
Introdução	195
Em busca de uma definição consensual e abrangente	196
Como se processa?	200

Colocação	200
Circulação	201
Integração	202
Modus operandi	203
O que são os crimes precedentes?	207
Que implicações sociais e económicas tem?	210
Como se pode fazer prevenção e como se combate?	212
O que nos reserva o futuro?	216
Anexo: Síntese do processo	219
Bibliografia	220

CAPÍTULO 8

PARAÍSOS FISCAIS (*OFFSHORES*)

EGÍDIO CARDOSO	223
Da origem do termo	223
Razões da origem	224
Cenário actual	225
O combate ao fenómeno	226
O Universo Offshore	232
Companhias isentas	236
Tipologias	238
Conclusão	245
Bibliografia	246

CAPÍTULO 9

CORRUPÇÃO – A FRAUDE NA GOVERNAÇÃO

E NA GESTÃO PÚBLICA

ANTÓNIO João MAIA	247
Uma questão da actualidade	248
O confronto entre público e privado	260
Governação e gestão indevida do Estado	260
A dimensão do problema	270
Fatores explicativos de contexto	275
O modelo de controlo	275
Melhorar continuamente a governação e a gestão pública	282
Bibliografia	284
Anexos	292
Anexo 1 – Convenções internacionais contra a corrupção a que Portugal aderiu	292

Anexo 2 – Código Penal e alterações	293
Anexo 3 – Crimes previstos em legislação avulsa relativos aos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	294
Anexo 4 – Artigos do Código Penal que tipificam e traduzem a formulação-base dos crimes contra o Estado cometidos no exercício de funções públicas	295
Anexo 5 – Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção	299
CAPÍTULO 10	
CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA ORGANIZADA, RETRATO (IM)POSSÍVEL	
José Ferreira	301
Das configurações do imaginário à dura realidade	301
Realidade contemporânea mas com longo percurso de especialização	303
O problema dos conceitos	307
Criminalidade organizada	308
Criminalidade económico-financeira	310
Criminalidade económico-financeira organizada	313
Para onde caminhas Portugal?	317
Conclusão	320
Bibliografia	322
CAPÍTULO 11	
A FRAUDE E OS SISTEMAS INFORMÁTICOS	
ELISABETE MACIEL, EDGAR PIMENTA, PAULO B. VASCONCELOS	325
Conceitos	326
Antigas fraudes. Novas fraudes	328
Cibercrime e cibersegurança	332
A realidade portuguesa	339
Breves notas de conclusão	340
Bibliografia	341
Breve léxico	342
CAPÍTULO 12	
A FRAUDE RELATIVA ÀS APOSTAS DESPORTIVAS ONLINE	
HENRIQUE RODRIGUES	345
Lista de Abreviaturas e Siglas	345
Apostas desportivas <i>online</i>	346
O conceito de aposta desportiva à cota <i>online</i>	346

O fenómeno social mundial: características	348
A fraude nas competições desportivas: a fonte natural da aposta fraudulenta	352
As características do mercado de apostas desportivas <i>online</i> e a viciação de eventos desportivos	352
Os intervenientes na manipulação das competições e a especial perigosidade das organizações criminosas transnacionais: a resposta da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas	355
As apostas desportivas <i>online</i> e a fraude: a revisão do quadro sancionatório do Estado	359
O monopólio da SCML como forma de combater a fraude	359
Das apostas fraudulentas como risco residual à necessidade de revisão do regime	361
O combate à fraude no RJO: a necessidade de uma nova resposta quanto à manipulação de competições desportivas e de dados informáticos	364
Da (in)suficiência do RJO para combater apostas desportivas fraudulentas	366
Um possível complemento ao RJO	370
Bibliografia	372

CAPÍTULO 13

CRIMINALIDADE ECONÓMICA – A FRAUDE AOS CONSUMIDORES – REFLEXÃO SOBRE O CRIME DE “FRAUDE SOBRE MERCADORIAS”

RUTE SERRA	375
Enquadramento	375
Do Direito Penal Económico – génesis, evolução e arquitetura legal	376
Da punição das infrações antieconómicas no quadro legislativo português	383
Dos crimes contra a economia – a “fraude sobre mercadorias”	387
Abordagem do fenómeno relativo à fraude alimentar, no contexto nacional e europeu	391
Análise de casos transfronteiriços de fraude alimentar	393
Síntese Conclusiva	395
Bibliografia	396

II – CONTEXTOS

CAPÍTULO 1	
PSICOLOGIA DO DEFRAUDADOR	
JORGE NEGREIROS	401
Questões teóricas e de definição de conceitos	403
A literatura sobre o triângulo da fraude	406
Pressão/incentivo para cometer a fraude	407
Apreciação crítica do elemento motivação do triângulo da fraude	411
Oportunidade para cometer a fraude	418
Apreciação crítica do elemento oportunidade do triângulo da fraude	421
Racionalização	425
Apreciação crítica do elemento racionalização do triângulo da fraude	430
Conclusões	432
Bibliografia	434
CAPÍTULO 2	
CONFLITO DE INTERESSES E ÉTICA DO SERVIÇO PÚBLICO	
AUGUSTO SANTOS SILVA & JOÃO FIGUEIREDO	441
O problema	441
Os interesses e as organizações	441
A resposta da burocracia	442
Os limites do modelo burocrático	444
Uma visão sociológica e jurídica	446
Um roteiro de análise e reflexão	447
A importância e atualidade da ética do serviço público	449
Os princípios fundamentais da Administração Pública e a sua relação com a ética do serviço público	449
A prossecução do interesse público	449
A observância da lei	451
A responsabilidade	452
Desenvolvimento da ética do serviço público e seu questionamento	453
A evolução da Administração Pública e seu impacto na ética do serviço público	454
A diminuição de recursos disponíveis	454
A pressão para o aumento dos serviços e melhor qualidade da sua prestação	455
A complexificação do ambiente da gestão pública	455
As grandes alterações introduzidas no serviço público	456

A reafirmação dos valores da ética do serviço público	457
Administrações públicas e privadas: princípios diferentes	458
Os instrumentos jurídicos e documentos internacionais	459
A promoção da integridade no exercício de funções públicas	462
Ética do serviço público e conflitos de interesses: o sistema jurídico português	462
Os princípios constitucionais	462
Iniciativas e regimes jurídicos antecedentes e em vigor	463
Breve avaliação dos regimes relacionados com a ética do serviço público	465
Âmbito da avaliação das disciplinas em vigor	466
Princípios da atividade administrativa e deveres dos agentes da Administração Pública	466
Dever de isenção e conflitos de interesses	469
As incompatibilidades no exercício de outras funções	470
Os impedimentos relativos a processos administrativos e contratos	473
Regras de transparência relativamente a rendimentos e patrimónios	474
A criminalização de comportamentos	474
Promover a integridade no exercício de funções públicas: várias abordagens e vários instrumentos	475
Bibliografia	476

CAPÍTULO 3

ANOMIA E FRAUDE EM PORTUGAL: DESAFIOS AO ORDENAMENTO JURÍDICO-SANCIONATÓRIO

ANDRÉ LAMAS LEITE & JOSÉ N. CRUZ	479
Introdução	479
Anomia e fraude	480
Sinais de anomia em Portugal	482
O sistema judicial	488
Sistema jurídico sancionatório e anomia	493
Conclusões	499
Bibliografia	500

CAPÍTULO 4**CANAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO****SOBRE A CORRUPÇÃO****GABRIELLE POESCHL, KELLY NOGUEIRA-RODRIGUES****& RAQUEL RIBEIRO**

Canais de comunicação	503
A audiência dos media	503
Os efeitos dos <i>media</i>	504
Os <i>media</i> e a corrupção	505
Comunicação interpessoal e representações sociais	506
Contextos sociais de comunicação e percepção da corrupção	510
Representações sociais da corrupção	512
A corrupção ao nível nacional <i>vs.</i> a corrupção ao nível global ou em geral	512
A grande <i>vs.</i> a pequena corrupção	514
Propor e/ou dar algo <i>vs.</i> aceitar e/ou receber algo	516
Informação recebida e disposição para agir contra a corrupção	518
Conclusão	524
Bibliografia	525

CAPÍTULO 5**A CULTURA COMO ELEMENTO DE EXPLICAÇÃO**

CARLOS PIMENTA	529
Introdução	529
Vacuidade	530
Erroneidade	536
Perigosidade	541
Diferenças culturais e leituras mundiais	544
Conclusão	548
Anexo	549
Bibliografia	553

CAPÍTULO 6**CAPITAL SOCIAL E CORRUPÇÃO: CAUSA OU CONSEQUÊNCIA**

JORGE FONSECA DE ALMEIDA	557
Lista de abreviaturas	557
Introdução	557
Corrupção	559
Efeitos morais da Corrupção	559
Corrupção em sentido estrito	560
Corrupção no Código Penal Português	562

Causas da Corrupção	562
Consequências da corrupção	565
Cleptocracia e o governo dos corruptos	566
Corrupção em Portugal	567
Capital Social	569
Definição do Conceito	570
Tipos de Capital Social	572
Capital Social em Portugal	572
Corrupção e Capital Social	573
Capital Social propiciador da Corrupção	574
Capital Social e Corrupção	575
Conclusões	577
Bibliografia	579
Anexo	582

CAPÍTULO 7

GLOBALIZAÇÃO E DINÂMICAS DE FRAUDE

CARLOS PIMENTA	589
Introdução	589
Pressupostos e significados	590
Contextos	590
Globalização	593
Antecedentes	593
Nova fase do capitalismo	594
Impactos criminógenos e defraudadores	597
Especificidades europeias	602
Estimativas	604
Contaminações	604
Síntese	606
O caso Português	607
Aspectos da história	607
Situação da economia	609
O ambiente defraudador da globalização	612
Conclusão	614
Bibliografia	615

III – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

CURRICULA VITAE DOS AUTORES	621
------------------------------------	-----